

31/08/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 102.972 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S)	: CLÁUDIO MÁRCIO DOS SANTOS
IMPTE.(S)	: ELISEU MINICHILLO DE ARAÚJO E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES)	: RELATOR DO Hc Nº 140370 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: *HABEAS CORPUS*. IMPETRAÇÃO CONTRA SUPOSTA DEMORA NA APRECIÇÃO, PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, DE *WRIT* LÁ IMPETRADO. SUPERVENIÊNCIA DO JULGAMENTO DE MÉRITO. PREJUÍZO DESTE *HABEAS CORPUS*. EXCESSO DE PRAZO PARA O TÉRMINO DA PRISÃO PROCESSUAL. COMPLEXIDADE DO FEITO. NÃO CONFIGURADO O CONSTRANGIMENTO ILEGAL. *WRIT* PREJUDICADO.

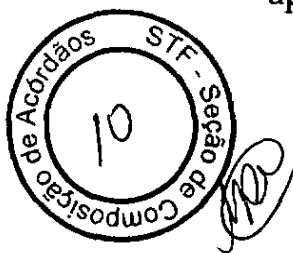
I – A superveniência do julgamento de mérito do *habeas corpus* impetrado no Superior Tribunal de Justiça torna prejudicado este *writ*, que ataca suposta demora na apreciação daquele HC .

II – Os fatos narrados nos autos demonstram a complexidade da causa (ao réu são imputados quatro homicídios consumados e dois tentados). A demora no processamento da ação penal não imputável ao aparelho judiciário, em tese, não configura constrangimento ilegal.

V – *Habeas corpus* prejudicado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por maioria de votos, julgar prejudicado o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio.



HC 102.972 / SP

Brasília, 31 de agosto de 2010.

RICARDO LEWANDOWSKI – PRESIDENTE E RELATOR

31/08/2010**PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 102.972 SÃO PAULO**

RELATOR	: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
PACTE.(S)	: CLÁUDIO MÁRCIO DOS SANTOS
IMPTE.(S)	: ELISEU MINICHILLO DE ARAÚJO E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S)(ES)	: RELATOR DO Hc Nº 140370 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR): Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de medida liminar, impetrado por Eliseu Minichillo de Araújo, Israel Minichillo de Araújo e Ana Paula Minichillo da Silva Cabral, em favor de CLÁUDIO MÁRCIO DOS SANTOS, apontando como autoridade coatora o Ministro Relator do HC 140.370/SP do Superior Tribunal de Justiça.

Os impetrantes narram, em suma, que o paciente está preso desde 27/2/2007, pela suposta prática dos delitos previstos no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal (por quatro vezes) e art. 121, § 2º, I e IV, combinado com o art. 14, II (por duas vezes), combinados com os arts. 29 e 69, todos do mesmo diploma legal.

Aduzem, mais, que, em face do excesso de prazo para o encerramento da ação penal, o acusado interpôs recurso em sentido estrito no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que desproveu o pleito.

Prosseguem, informando que, contra o acórdão da Corte paulista, a defesa manejou *writ* no Superior Tribunal de Justiça, onde a cautelar foi indeferida em 30/6/2009.

Dizem, ainda, que os autos estão conclusos ao Ministro Relator, para

HC 102.972 / SP

julgamento de mérito, desde 9/10/2009. Entendem que a demora no referido julgamento configura ilegalidade passível de correção por meio de *habeas corpus*.

É contra essa demora que se insurgem os impetrantes.

Alegam que o atraso na entrega da prestação jurisdicional deve ser imputado exclusivamente ao Poder Judiciário, pois “não está dando conta da demanda de processos, entretanto, a excessiva carga de processos não pode ir em prejuízo de pessoa presa” (fl. 4 – grifos no original).

Asseveram, também, que o constrangimento ilegal é ainda maior na medida que impede o paciente de buscar a prestação jurisdicional nesta Corte, uma vez que, em face do enunciado da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, “a liberdade do paciente fica vinculada ao julgamento do mérito do habeas corpus por parte do STJ” (fl. 4 – grifos no original).

Ressaltam, ainda, que tal dilação é injustificável posto que “o habeas corpus deve ter primazia sobre qualquer outra ação, para não contrariar o disposto no art. 664 do CPP e nem afrontar o princípio constitucional da duração razoável do processo, (...)” (fl. 5 – grifos no original).

Requerem, ao final, o deferimento de medida liminar para determinar que a autoridade coatora apresente o feito em mesa na primeira sessão da Turma julgadora que integra, no Superior Tribunal de Justiça.

Postulam, também, em caráter liminar, a concessão de *habeas corpus* de ofício para ordenar a expedição de alvará de soltura em favor paciente e, no mérito, a confirmação da ordem para relaxar, definitivamente, sua prisão cautelar.

Em 5/3/2010, indeferi a medida liminar, solicitei informações à

HC 102.972 / SP

autoridade apontada como coatora e ao juízo processante e determinei a posterior remessa dos autos ao Procurador-Geral da República.

O Juízo do Primeiro Tribunal do Júri da Comarca da Capital/SP prestou as informações por meio do ofício de fls. 56-58.

O Ministro Relator do HC 140.370/SP do STJ noticiou que a Quinta Turma daquela Corte Superior, em sessão realizada em 18/5/2010, denegou a ordem pleiteada(fl. 98).

O Ministério Público Federal, em parecer da lavra da Subprocuradora-Geral da República Cláudia Sampaio Marques, opinou pelo não conhecimento do *writ* e, se conhecido, pela denegação da ordem (fls. 108-112).

É o relatório.

31/08/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 102.972 SÃO PAULO

VOTO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR): Bem examinados os autos, tenho que este *writ* perdeu o objeto.

Isso porque a impetração volta-se contra suposta demora no julgamento de *habeas corpus* ajuizado no Superior Tribunal de Justiça, o qual, conforme se verifica das informações prestadas pelo Ministro Relator, foi apreciado em sessão realizada em 18/5/2010, tendo a Quinta Turma daquela Corte denegado a ordem pleiteada.

Oportuno ressaltar, quanto ao pedido de concessão da ordem de ofício sob a alegação de excesso de prazo da custódia cautelar, que a irresignação não merece acolhida.

Inferre-se dos autos que o paciente foi denunciado pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 121, § 2º, I e IV (quatro vezes) e 121, § 2º, I e IV combinado com o art. 14, II (duas vezes), todos do Código Penal, sendo decretada sua prisão preventiva em 18/5/1998, por ocasião do recebimento da exordial, a qual não foi cumprida em virtude de sua evasão. Decretou-se sua revelia, foi-lhe nomeado defensor e, encerrada a instrução criminal, sobreveio decisão de pronúncia, da qual fora intimado pessoalmente em 1º/7/2007 porque preso em flagrante em 27/2/2007 pela prática de outros delitos.

Contra a pronúncia, o réu interpôs recurso em sentido estrito, ao qual foi negado provimento em 5/3/2009. Inconformada, a defesa interpôs recurso especial, não admitido por decisão do Presidente da Seção Criminal do TJ/SP em 20/10/2009.

O juízo de origem informou que o feito encontra-se na fase do art.

HC 102.972 / SP

422 do Código de Processo Penal, tendo do Ministério Público arrolado as testemunhas que serão inquiridas em plenário e que aguarda-se, agora, a manifestação da defesa (fls. 56-58).

Deste modo, verifica-se que a ação vem tramitando normalmente, não havendo falar em mora a ser imputada pelo aparelho judiciário, que, conforme relatado, apreciou, em lapso de tempo razoável, os recursos interpostos pela defesa.

Assim, não tenho como afrontado, no caso presente, o princípio constitucional da duração razoável do processo, previsto no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, tampouco caracterizado constrangimento ilegal que justifique a concessão da ordem, considerando as vicissitudes do feito em comento.

Destaco, por fim, que a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que não procede a alegação de excesso de prazo quando a complexidade do caso, as peculiaridades da causa ou o comportamento da defesa contribui para eventual dilação do prazo. Nesse sentido, transcrevo, respectivamente, trechos das ementas do RHC 93.174/SE, Rel. Min. Ayres Britto e do HC 97.542/PB, Rel. Min. Ellen Gracie:

“Este Supremo Tribunal Federal tem entendido que a aferição de eventual excesso de prazo é de se dar em cada caso concreto, atento o julgador às peculiaridades do processo em que estiver oficiando (como, verbi gratia, o número de réus e o número de testemunhas arroladas, a complexidade do feito e o comportamento dos patronos dos acusados, que não podem ser os causadores do alongamento do processo). Juízo de Direito que zela pelo bom andamento processual e pelo respeito às garantias processuais penais. Retardamento do feito que não é de ser imputado ao aparato judiciário”.

“Conforme se infere dos autos, trata-se de ação penal complexa que justifica eventual dilação no prazo para se encerrar a instrução

HC 102.972 / SP

processual, haja vista que a razoável duração do processo (CF, art. 5º, LXXVIII), logicamente, deve ser harmonizada com outros princípios e valores constitucionalmente adotados no Direito brasileiro, não podendo ser considerada de maneira isolada e descontextualizada do caso relacionado à lide penal que se instaurou a partir da prática dos ilícitos. 8. Habeas corpus conhecido em parte, para denegar a ordem”.

No mesmo sentido: HC 97.743/SP, Rel. Min. Eros Grau; HC 98.689/SP, de minha relatoria; HC 96.714/CE; Rel. Min. Cármen Lúcia; HC 97.076/PE, Cezar Peluso; HC 95.505/SP, Rel. Min. Menezes Direito; HC 88.952/CE, Rel. Min. Ayres Britto.

Feitas essas considerações, julgo prejudicado este *habeas corpus*.

31/08/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 102.972 SÃO PAULO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Senhor Presidente, a provisória parece não ser mais provisória, porque data de 27 de fevereiro de 2007. O paciente está há mais de três anos preso sem culpa formada.

Peço vênua para conceder a ordem, pelo excesso de prazo.

PRIMEIRA TURMA**EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 102.972**

PROCED.: SÃO PAULO

RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

PACTE.(S): CLÁUDIO MÁRCIO DOS SANTOS

IMPTE.(S): ELISEU MINICHILLO DE ARAÚJO E OUTRO(A/S)

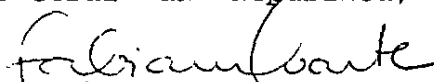
COATOR(A/S)(ES): RELATOR DO HC Nº 140370 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE

JUSTIÇA

Decisão: Por maioria de votos, a Turma julgou prejudicado o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. 1ª Turma, 31.08.2010.

Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski.
Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Dias Toffoli.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo de Tarso Braz Lucas.


Fabiane Duarte
Coordenadora